



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

ATA DA 9ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS PÚBLICAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE, NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA.

Às 9h30min do dia 22/10/15, no Plenário Amyntas de Barros, sob a presidência do vereador Jorge Santos, deixou de reunir-se, em caráter extraordinário, a Comissão de Orçamento e Finanças Públicas da Câmara Municipal de Belo Horizonte - CMBH. Mesmo não havendo quórum, o presidente declarou aberta a reunião, com o objetivo de discutir o “Projeto de Lei de Revisão do Plano Plurianual 2014-2017, nas Áreas de Resultado: Cidade com Mobilidade; Cidade Segura; Cidade Compartilhada; Cidade com Todas as Vilas Vivas; Cidade Sustentável; Integração Metropolitana”. Registre-se que esta audiência realizou-se em cumprimento do disposto no Requerimento de Comissão nº 606/15, de autoria do vereador Jorge Santos. O presidente convidou a compor a Mesa: 1) o secretário municipal adjunto de Orçamento, Bruno Passeli; 2) o superintendente da Superintendência de Desenvolvimento da Capital - SUDECAP, Humberto Pereira de Abreu Júnior; 3) o diretor de Finanças e Controle da Empresa de Transporte e Trânsito de Belo Horizonte - BHTRANS, Nourival Resende; 4) o secretário municipal adjunto de gestão compartilhada, Gelson Antônio Leite; e 5) a diretora de Planejamento da Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte - URBEL, Maria Cristina Fonseca de Magalhães. O presidente saudou a todos e questionou a razão da supressão da referência a ações e subações no Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG. Bruno Passeli saudou a todos e disse que a Prefeitura de Belo Horizonte promove, anualmente, a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG, apesar de não ser essa uma exigência legal. Ponderou que essa revisão anual permite a adequação do projeto de médio prazo às mudanças verificadas na realidade fática. Com relação à supressão de ações e subações, informou que, quando ocorre a sua conclusão antecipada, a menção a essas ações é suprimida do PPAG, por



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

não haver mais a previsão de orçamento para esses pontos. Dispôs-se a apresentar detalhamento dessas ações e subações caso seja solicitado pela Casa. Em seguida procedeu, por meio de eslaides, à exposição “Plano Plurianual de Ação Governamental - Proposta de Revisão 2016 - 2017” - Áreas de Resultado: Cidade com Mobilidade; Cidade Segura; Cidade Compartilhada; Cidade com Todas as Vilas Vivas; Cidade Sustentável; Integração Metropolitana. Informou que seriam apresentados os principais de resultados relativos à área Social. Quanto à estimativa das receitas apresentadas para o período de 2016 a 2017, informou serem essas baseadas em índices de crescimento econômico, em ações de combate à sonegação fiscal e na redução do estoque da dívida ativa, na previsão, no orçamento da União, de continuidade dos repasses aos estados e municípios para novos investimentos, e de continuidade dos já iniciados, na previsão de operações de crédito e de repasses de depósitos judiciais ao Município. Apresentou tabela comparativa com as receitas previstas para 2015, 2016 e 2017, detalhando as origens desses recursos. Relacionou os grupos de despesas previstas no PPAG. Apresentou as despesas previstas para as áreas de resultado que serão tratadas nesta reunião, quais sejam: Cidade com Mobilidade; Cidade Segura; Cidade Compartilhada; Cidade com Todas as Vilas Vivas; Cidade Sustentável; Integração Metropolitana. Tratando da área de resultado Cidade Compartilhada, enfatizou a meta de conclusão dos empreendimentos aprovados no Orçamento Participativo. Disse que a atual administração assumiu o compromisso de concluir todos os empreendimentos aprovados e trabalhou com 1.563 empreendimentos aprovados, inclusive em gestões anteriores, tendo sido concluídos, nessa gestão, segundo informou, 1.209 empreendimentos e restando 327 em andamento. Ressaltou que a previsão de verbas para o Orçamento Participativo, nos anos de 2016 e 2017, está menor do que a prevista para 2015. Passando para a área de resultado Cidade com Todas as Vilas Vivas, apresentou as principais metas, especialmente a dos programas habitacionais e de finalização das obras de implantação do programa Vila Viva. Em seguida, tratou da área de



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

resultado Cidade com Mobilidade, ressaltando as principais metas e resultados e detalhando o orçamento previsto para os anos de 2016 e 2017 em comparação com o previsto para 2015. Com relação à área de resultado Cidade Segura, enfatizou o aumento do videomonitoramento na cidade e a implantação do Sistema de Circuito Fechado de Televisão - CFTV - nas unidades de Educação e de Saúde. Comentou os programas existentes de prevenção da violência e detalhou o orçamento previsto para essa área nos anos de 2015, 2016 e 2017. Sobre a área de resultado Cidade Sustentável, apresentou os principais programas dessa área e as metas previstas para 2016 e 2017. Ressaltou a implantação de parques e a recuperação de áreas degradadas, inclusive na Região da Pampulha. Comentou a elaboração do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos - PMGIRS - e a ampliação da coleta seletiva, com a cooperação das associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis. Apresentou, para a área de resultado Integração Metropolitana, os valores de orçamento, comparando 2015, 2016 e 2017. Em seguida, o presidente franqueou a palavra ao público presente. Marcos Landa saudou a todos e questionou o orçamento previsto para o saneamento ambiental. Pediu informações sobre a elaboração do Plano Municipal de Saneamento Ambiental, indagando se ele já está sendo preparado. Lembrou que os municípios devem apresentar esses planos até o final deste ano, sob pena de não ficarem elegíveis para o recebimento de recursos federais. O presidente registrou a presença do vereador Arnaldo Godoy. Adriana Torres saudou a todos os presentes e questionou se houve o detalhamento das modificações realizadas no plano anterior. Disse ser complicado encontrar, em um documento desse tamanho, exatamente o que está sendo alterado. Disse que participa, desde 2009, de todas as audiências realizadas na CMBH para discutir o orçamento e o planejamento orçamentário para o Município de Belo Horizonte. Lamentou que, tradicionalmente, menos de 60% das ações previstas no orçamento sejam efetivamente realizadas. Denunciou que não houve a abertura da Prefeitura para discutir o Plano Municipal



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

de Comunicação e que a participação popular na elaboração desse plano não existiu. Segundo considerou, a justificativa para essa falta foi o argumento de que esse seria um trabalho muito técnico. Criticou a falta de abertura da atual administração da Prefeitura de Belo Horizonte para a participação popular. Vagner Samuel saudou a todos e criticou a proposta de tributação das igrejas e templos religiosos. Disse que a maior parte dos pastores evangélicos recebe remuneração de até três salários mínimos e reside em vilas e favelas. Elogiou a Educação Infantil no Município de Belo Horizonte e agradeceu o tratamento que seu filho tem recebido na Rede Municipal de Educação. O presidente registrou a presença do vereador Adriano Ventura. Este saudou a todos, discordou dos elogios feitos ao Prefeito Marcio Araujo de Lacerda e criticou a falta de abertura da atual administração municipal para o diálogo. Em seguida, o presidente passou a palavra aos componentes da mesa, para responderem às perguntas feitas e para suas considerações finais. Humberto Pereira de Abreu Júnior disse que existe projeto de Plano Municipal de Tratamento de Resíduos, que vai ser discutido a partir da implantação de conselho criado especificamente para esse fim, prevista para o fim deste mês. Gelson Antônio Leite informou que vai ocorrer, em novembro deste ano, a Conferência Municipal de Saneamento. Disse que as inscrições já estão abertas e que está prevista a discussão do Plano Municipal de Saneamento e do Plano Municipal de Tratamento de Resíduos Sólidos. Conclamou a todos a participar das discussões. Bruno Passeli disse que foi entregue à CMBH relatório com as alterações realizadas no PPAG. Disse que existe, na documentação enviada para a CMBH, notas explicativas com detalhamento das alterações realizadas. Disse que foram apresentadas na CMBH, em audiência anterior, medidas de defesa dos animais implementadas em Belo Horizonte. Detalhou as obras de implantação de ciclovias em Belo Horizonte já realizadas e as previstas. Colocou-se à disposição para prestar mais esclarecimentos. Gelson Antônio Leite comentou sobre o Orçamento Participativo e disse que está sendo aguardada a liberação de uma operação de crédito no Banco do Brasil,



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

aprovada pela CMBH, que será destinada, exclusivamente, para realização de obras do Orçamento Participativo. Nada mais havendo a ser tratado, o presidente agradeceu o comparecimento de todos, e declarou encerrados os trabalhos às 10h40min. Para constar, lavrou-se esta ata, que será assinada pelo presidente da reunião em que for comunicada sua aprovação, conforme previsão regimental, ou pelo presidente desta reunião.

Presidente:

ATA APROVADA
(art. 71- §§ 1º e 2º - Regimento Interno)
distribuída em avulso, no dia 09/11/15, não
foi apresentada impugnação no prazo regimental.
16, 11, 15

Presidente